COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº , de 2014 (Do Sr. Guilherme Campos)

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater o problema do fornecimento de água nos municípios abastecidos pela Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, no estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 24, combinado com o inciso VI, alínea "b" e "f" do art. 32 e art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para discutir o problema do fornecimento de água nos municípios abastecidos pela Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, com a participação dos seguintes convidados:

- Agência Nacional de Águas ANA;
- Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo:
- Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Consórcio PCJ;
- Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A de Campinas;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo Sabesp;
- Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo;
- Universidade de São Paulo USP;
- Ministério Público do Estado de São Paulo;
- Ministério Público Federal.

JUSTIFICATIVA

Apesar dos investimentos realizados no passado, o Estado de São Paulo enfrenta atualmente a maior crise hídrica de sua história; provocada pelo calor recorde e falta de chuvas que resultaram em uma estiagem atípica.

Os reservatórios responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana de São Paulo e da região abrangida pela Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – que abastecem a região de Campinas estão em níveis baixíssimos. Nas últimas semanas, o nível do sistema Cantareira ficou, pela primeira vez, abaixo de 5% de sua capacidade.

O potencial de recursos hídricos da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí não está, em sua totalidade, à disposição para uso na própria região, pois uma parcela substancial é revertida por meio do Sistema Cantareira, para a bacia do Alto Tietê, limitando ainda mais o acesso à água pela região de Campinas.

A preocupação é ainda maior se for levado em conta que o Governo do Estado já fez a primeira retirada do chamado "volume morto" e prevê a captação de um segundo volume morto, que garantiria o abastecimento apenas até o dia 15 de novembro.

Pelo menos 35 municípios do Estado de São Paulo já decretaram o racionamento de forma oficial. A cidade de Itu, por exemplo, já está há quatro meses sofrendo com a falta d'água, um cenário que provoca preocupação extrema e instabilidade social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O objetivo da presente audiência pública é aproveitar o momento de emergência, que já dura quase um ano, e discutir as medidas que possam ser implantadas para sanar a situação, tais como: definição de investimentos; início do racionamento em outras cidades, conservação da água, construção de reservatórios e aceleração das obras em andamento.

Outra medida que merece ser discutida é a reestruturação da rede para evitar perdas entre a captação da água até a chegada à casa do consumidor. Há notícias de empresas em que o nível de desperdício da água chega a 40%.

De nada adianta a realização de campanhas para cobrar da população um consumo consciente da água quando a empresa distribuidora não se cerca destes cuidados.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste pleito.

Sala das Comissões, de de 2014.

Deputado GUILHERME CAMPOS (PSD/SP)